CEDI

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : GM CLASS. : CVRD 06

DATA : 31 01 90 PG. : 5

Eliezer articula empreendimento sob o enfoque do meio ambiente

por José Casado
de Tóquio

O projeto Carajás, grande complexo de mineração que a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) está desenvolvendo no Pará, em plena selva amazônica, poderá transformar-se numa espécie de "laboratório" para a implantação do primeiro empreendimento do novo governo na área de meio ambiente, unindo capitais nacionais — estatal e privado — e estrangeiro na exploração econômica da Amazônia, tendo como base um amplo programa de preservação ecológica e recuperação de áreas da mata devastadas.

A informação foi dada a este jornal, ontem, em Tóquio, pelo presidente da Vale do Rio Doce, Eliezer Batista, que já começou a negociá-lo com investidores do Japão, sócios da empresa estatal brasileira em inúmeras áreas.

Batista foi um dos principais articuladores da visita do presidente eleito Fernando Collor de Mello ao Japão, encerrada na manhã de ontem. Ele tem sido, desde a etapa final da campanha eleitoral, em meados do ano passado, um interlocutor diário de Collor sobre programas de investimentos, com parceria estrangeira.

Para muitos é o virtual futuro ministro da Infra-estrutura, área na qual Collor deseja concentrar os atuais ministérios das Comunicações, Transportes e Minas e Energia. Seria, principalmente, o setor do governo que controlaria e executaria os orçamentos das trinta maiores empresas estatais.

Há, porém, na equipe de Collor, quem não acredite na possibilidade de Batista vir a ocupar qualquer ministério, por duas razões: primeiro, por sua pouca disposição, por ele já anunciada em decorrência de problemas de saúde; segundo, porque o presidente eleito estaria, realmente, decidido a não levar para o seu governo, na posição de ministro de Estado, pessoas que já estiveram em cargos semelhantes em governos passados. Batista foi ministro no governo João Goulart.

Ele, no entanto, deverá ser — na prática já ocupa essa posição — um influente conselheiro presidencial. No momento, dedica-se ao estudo de alguns grandes projetos econômicos que estão sendo elaborados com a concepção política de marcar, logo no início do governo Collor, mudanças estruturais em alguns setores.

O presidente eleito pretende, por exemplo, aproveitar a iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) que escolheu o Brasil como sede do Congresso Mundial de Meio Ambiente, programado para 1992, como momento estratégico para deflagrar uma política setorial em bases inovadoras.

Pelo menos é o que anuncia o próprio Collor: "No jantar que tive com o presidente dos Estados Unidos, senhor George Bush, na semana passada em Washington, sugeri que usássemos essa oportunidade que a ONU está nos dando para, todos, os governos comprometidos na

Eliezer Batista

defesa do meio ambiente, sentar a mesma mesa e promovermos um verdadeiro diálogo entre nações que envolva desde entendimentos políticos setoriais até mesmo a troca de tecnologias preservacionistas. Ou seja, que saiamos das acusações mútuas para uma ação cooperativa global, de fato".

Antes de deixar Tóquio, com destino a Moscou, onde desembarca hoje, o presidente eleito insistiu em dizer que pretende criar uma Secretaria Especial de Meio Ambiente, vinculada ao seu gabinete, para operar única e exclusivamente com esse objetivo.

É uma forma de resposta que acha ter encontrado para os obstáculos cada vez maiores postos pelos organismos financeiros internacionais à concessão de créditos para programas de desenvolvimento econômico no Brasil.

Nesse seu périplo pelo exterior, Collor está sentindo de perto o efeito das pressões políticas internas, no Japão e nos Estados Unidos, sobre esses organismos em sua política de investimentos no Brasil.

Eliezer Batista joga um papel-chave nessa área, no momento. Está desenvolvendo a idéia de um projeto ambiental para Carajás, "que sirva de exemplo para o mundo", como ele diz.

"Ainda estamos na fase inicial, da concepção, mas achamos que é perfeitamente viável você unir uma grande empresa como a Vale do Rio Doce a investidores estrangeiros para implantar em Carajás uma operação que seria assim em linhas gerais: preserva a floresta amazônica, recupera as áreas de mata já devastadas e, simultaneamente, faz ali, por exemplo, uma fábrica de celulose, com reflorestamento próprio. No caso específico, pensamos em avançar da produção de celulose para uma série de sub-produtos da madeira."

Com isso, acha o presidente da CVRD, o governo brasileiro estaria mudando radicalmente a sua atitude política quanto ao meio ambiente. "Ao mesmo tempo, estaríamos provando para o mundo, especialmente para os chamados 'muséologos' da floresta amazônica — aqueles que acham que tudo ali deve ficar intocável —, que é possível e viável você fazer uma exploração econômica racional da floresta e mantê-la preservada, regenerando as áreas atingidas."

A escolha de Carajás como palco para uma experiência desse porte não é por acaso. A CVRD mal começou a atividade de mineração e metalurgia naquela área, considerada por geólogos como uma das maiores "províncias minerais" do planeta, não só pela quantidade mas sobretudo pela diversidade de minérios disponíveis e inexplorados.

A estatal tem planos para acelerar o desenvolvimento de seus negócios na região, em parceria com investidores estrangeiros — especialmente japoneses —, que devem participar de "joint-ventures" novas com capital próprio e, também, utilizando mecanismos de conversão da dívida externa.

Por fim, a ampliação dessas atividades extrativas e metalúrgicas dependerá, fundamentalmente, de investimentos significativos em progrmas setoriais de preservação do meio ambiente, tanto pelas pressões políticas a que estão submetidos os pontenciais investidores estrangeiros, em seus países-sede, como, também, para evitar que o novo governo seja submetido a um processo de desgaste de sua imagem, interna e externa, semelhante ao que ocorreu com o governo José Sarney nos últimos cinco anos, exatamente pelo avanço da devastação da Amazônia.

Visita ajudará na negociação da dívida

por Roberto Baraldi
de São Paulo

O presidente eleito Fernando Collor de Mello deixou uma boa impressão junto às autoridades e banqueiros japoneses, que certamente será muito útil no processo de renegociação da dívida externa brasileira com as instituições japonesas. A avaliação é do presidente do Conselho Consultivo do Banco de Tokyo, subsidiária brasileira do The Bank of Tokyo, Toshiro Kobayashi.

"A visita foi importante para divulgar o Brasil e as intenções brasileiras. Foi um passo decisivo de relações públicas", avaliou Kobayashi. Conforme sua opinião, a imagem do Brasil estava severamente desgastada no Japão, particularmente, junto aos quarenta bancos japoneses que são credores de US$ 10 bilhões. As dificuldades brasileiras para honrar os compromissos da dívida soaram aos japoneses como.

Apesar da boa impressão, a visita do presidente eleito não deverá dar frutos imediatos. Segundo Kobayashi, os banqueiros japoneses trabalham com uma larga visão de mundo, identificando oportunidades de negócios em todo o mundo. O Brasil, para o presidente do Conselho Consultivo do Banco de Tokyo, pode ser um bom parceiro para os japoneses, mas deve, em primeiro lugar, estruturar sua economia. "Uma inflação de 2.000% ao ano assusta investidores", opinou Kobayashi, que defende a volta do processo de conversão da dívida externa em capital de risco como forma de retomada de investimentos no Brasil.